



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento e Gestão  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

ANO 17 Nº 7  
Julho de 2008

## Categories dinâmicas das exportações gaúchas

Analisando-se os dados de exportação por categorias de uso do RS dos dois últimos anos, verifica-se que dois setores apresentaram significativas taxas de crescimento: combustíveis e lubrificantes e bens intermediários, em especial, os alimentos e bebidas destinados à indústria. No ano de 2007, as exportações gaúchas cresceram 27,2%, percentual superior ao da média nacional, que atingiu 16,6%, revertendo o fraco desempenho ocorrido em 2005, decorrente de problemas climáticos enfrentados, à época, pelos agricultores gaúchos, com grande perda da safra agrícola.

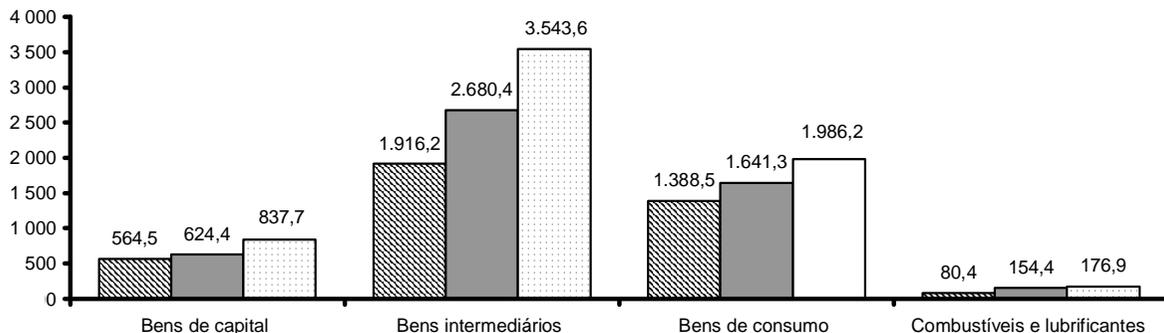
O acréscimo nas exportações do RS de janeiro a maio de 2008, em relação aos primeiros cinco meses de 2007, foi de 28,4%, taxa superior à do Brasil, que atingiu 19,9%, novamente com destaque para os bens intermediários, que ampliaram suas vendas externas em 32,2%. Esses bens, que respondem por mais da metade do total exportado pelo Estado, são compostos, em grande parte, por insumos industriais — como fumo não manufaturado, celulose e produtos petroquímicos — e por alimentos e bebidas para a indústria, categoria que continuou sua trajetória de crescimento de janeiro a maio de 2008, quando as exportações se elevaram 133,1% e 359,5% em relação aos mesmos períodos de 2007 e de 2006, respectivamente, impulsionadas pelo crescimento da venda de soja em grãos e de trigo. Esse resultado positivo de alimentos e bebidas, apesar da grande valorização do real ante o dólar, pode ser atribuído, pelo menos uma parcela dele, aos elevados preços dos principais produtos exportados. As *commodities* vêm, consecutivamente, apresentando altas de preços, devido, dentre outros fatores, ao crescimento vigoroso da economia de gigantes emergentes, como China e Índia, a despeito do arrefecimento mais recente da atividade nos países industrializados, em particular, no mercado norte-americano.

Já as vendas externas de combustíveis e lubrificantes, nos primeiros cinco meses de 2008, apresentaram uma modesta taxa de incremento (14,5%), após terem crescido 92,0% de janeiro a maio de 2007, em relação aos mesmos meses do ano anterior. Contudo, analisando-se os anos de 2007 e de 2006 de janeiro a dezembro, vê-se que as taxas de acréscimo foram ainda maiores, graças às obras de ampliação da capacidade produtiva da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), aliadas aos investimentos em melhorias no seu sistema logístico. Mas o acréscimo de receita dos combustíveis e lubrificantes também foi favorecido pelos elevados preços internacionais, os quais cresceram de forma ainda mais acentuada a partir de janeiro de 2008, afetando os preços de diversos serviços e produtos, com ênfase nos alimentos.

Para entender como o RS vem mantendo sua participação nos mercados internacionais, devem-se ter presentes alguns fatos, como: a apreciação cambial ter ocasionado conseqüências diferenciadas sobre os distintos setores; os setores mais prejudicados serem aqueles que têm na mão-de-obra seu principal custo e que utilizam poucos insumos importados; alguns produtos terem sido beneficiados sobremaneira pelos acréscimos de preços internacionais, em especial, as *commodities* agrícolas e minerais, devido ao incremento da demanda mundial; os preços internacionais terem compensado parte das perdas cambiais; e a valorização cambial estar estimulando o acréscimo das importações, as quais propiciam uma redução nos custos internos e podem aumentar a competitividade de muitos produtos em todos os mercados. Frente à valorização cambial, as indústrias vêm buscando adaptar-se, tornando seus processos de produção mais eficientes e inovando em produtos e processos, em um mundo onde a inflação é o novo vilão.

Exportação por categorias de uso do Rio Grande do Sul — jan.-maio/2006-08

(US\$ 1 000 FOB)



Legenda: ■ Jan.-maio/06 ■ Jan.-maio/07 □ Jan.-maio/08

FONTE: MIDC.

Sônia Unikowsky Teruchkin (FEE/CEES)

## A evolução das matrículas na educação especial, no Brasil e no RS — 2000-06

A educação especial destinada a crianças, jovens e adultos portadores de necessidades educativas especiais (visual, auditiva, física, mental, altas habilidades de superdotados, portadores de condutas típicas e outros) é uma das políticas públicas que o nosso país, signatário da **Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** da ONU, defende.

A importância da inclusão dessa parcela da população na escola, em especial, na área pública, já vem sendo defendida de longa data. O número de matrículas de alunos portadores de necessidades especiais, em 2000, era de 382.215 no Brasil, enquanto o RS atendia a 30.309 alunos nessas condições, dados que passaram, em 2006, res-

pectivamente, para 700.624 e 46.058. O número total das matrículas cresceu na ordem de 83,3% no Brasil e de 52,0% no RS.

Comparando-se as matrículas dos portadores de necessidades especiais em escolas especiais e classes especiais com as matrículas em escolas regulares e em classes comuns, verifica-se o crescimento destacado destas últimas, entre 2000 e 2006, com 298,0% no Brasil e 99,5% no RS. Isso vem comprovar a inclusão dos alunos portadores de necessidades educativas especiais na escola regular, em consonância com a Resolução nº 02/2001, do Conselho Nacional de Educação. Em 2006, essas matrículas representavam 46,4% no Brasil e 42,6% no RS.

Número de matrículas iniciais e variação percentual de alunos portadores de necessidades educativas especiais, em escolas exclusivamente especializadas, em classes especiais de escola regular ou em classes comuns, no Brasil e no RS — 2000 e 2006

DISCRIMINAÇÃO	MATRÍCULAS TOTAIS				VARIÇÃO % 2006 2000
	2000		2006		
	Número	%	Número	%	
<b>Brasil</b> .....	382 215	100,0	700 624	100,0	83,3
Escolas e classes especiais .....	300 520	78,6	375 488	53,6	24,9
Escolas regulares e classes comuns .....	81 695	21,4	325 136	46,4	298,0
<b>RS</b> .....	30 309	100,0	46 058	100,0	52,0
Escolas e classes especiais .....	20 482	67,6	26 456	57,4	29,2
Escolas regulares e classes comuns .....	9 827	32,4	19 602	42,6	99,5

FONTES: MEC-INEP.

Salvatore Santagada (FEE/CIE)

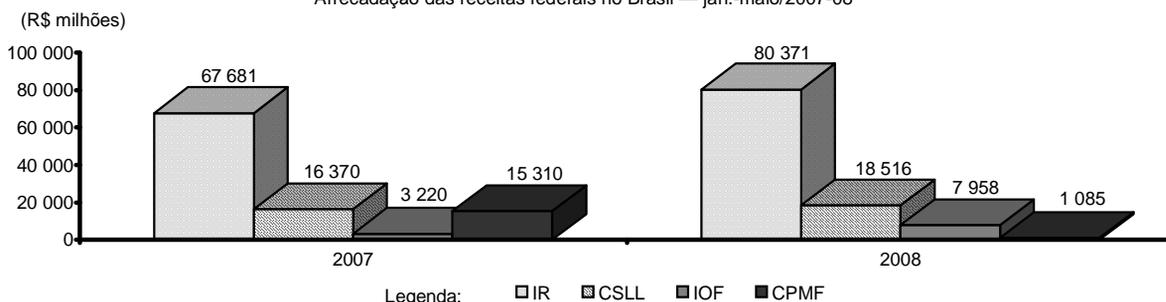
## O intenso aumento da arrecadação tributária federal

O setor público global (incluindo Governo Central, governos regionais e empresas estatais) registrou um superávit primário (descontando os juros nominais) de 6,8% do PIB de janeiro a abril de 2008, devido ao desempenho favorável das contas do Governo Central. Nesse nível, as receitas cresceram 8,2%, enquanto as despesas subiram 0,4% no período, o que proporcionou um superávit primário de 5,4% do PIB.

Destaca-se a arrecadação do Governo Federal, que, mesmo sem a Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF), que foi extinta no final de 2007, obteve um expressivo aumento real de 9,8% de janeiro a maio de 2008, em comparação com o mesmo

período do ano anterior, em decorrência, principalmente, do crescimento econômico do País. Os tributos que mais subiram foram: o Imposto de Renda (IR); a Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF). Este último cresceu em vista da cobrança da alíquota de até 1,5% sobre operações de crédito e títulos mobiliários para os investidores estrangeiros e de mais 0,38 ponto percentual sobre todas as transações de crédito, para compensar a CPMF. Além disso, a CSLL elevou-se de 9% para 15% para o setor financeiro. Com esse ritmo de crescimento, a carga tributária, que, em 2007, atingiu cerca de 35% do PIB, deverá continuar subindo em 2008.

Arrecadação das receitas federais no Brasil — jan.-maio/2007-08



FONTES: BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. Análise da arrecadação das receitas federais. Brasília: Secretaria da Receita Federal, 2008. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>.

NOTA: Valores inflacionados mensalmente pelo IPCA do IBGE.

Isabel Rückert (FEE/CEES)

## Carta de Conjuntura - Ano 17 nº 7

### Trajatória do emprego assalariado formal na RMPA

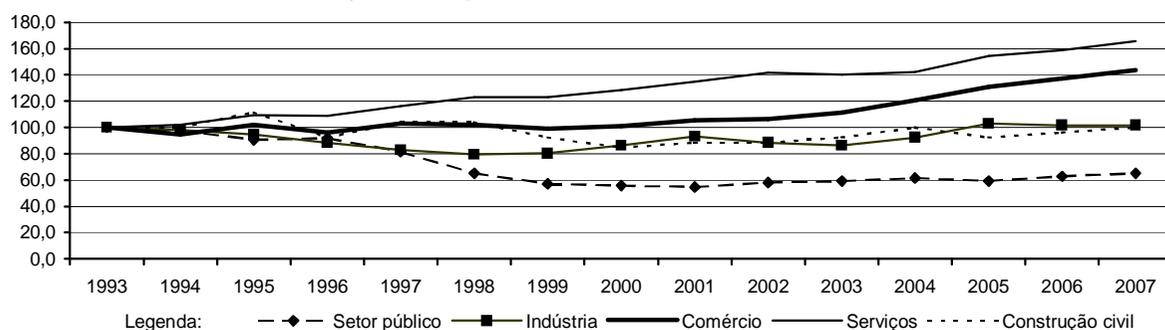
A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e o Estatuto do Funcionário Público são importantes instituições do mercado de trabalho, pois garantem aos assalariados acesso a direitos e benefícios estabelecidos na legislação. A ausência desses institutos nas relações de emprego configura situação de informalidade, ausência de direitos e, por conseguinte, trabalho em condições precárias.

O mercado formal de trabalho — que inclui o emprego com CTPS assinada no setor privado e o emprego celetista e “estatutário” no setor público — sofreu uma retração entre 1993 e 2007. Esse fato é indicado pela queda na participação relativa do contingente formalizado no total do emprego assalariado. A **Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)** mostra que esse conjunto passou de 88,2% para 82,8% no período. Já a participação relativa do trabalho assalariado sem CTPS

assinada registrou um aumento significativo, passando de 11,8% a 17,2%. A elevação da informalidade indica deterioração nas condições de trabalho dos assalariados, no período.

O índice de evolução do emprego mostra, entretanto, uma mudança no padrão do mercado de trabalho entre 1999 e 2007. Isso se expressa, especialmente, na retomada no crescimento do trabalho com CTPS assinada. A ampliação desse contingente de assalariados na RMPA foi liderada pelo comércio e pelos serviços — que apresentaram aumentos de 45,3% e 34,9% respectivamente. Apesar de haver-se registrado, igualmente, aumento no emprego com CTPS assinada na indústria (26,5%), no setor público (14,3%) e na construção civil (8,3%), neles, ao contrário dos primeiros, ainda não haviam sido atingidos, em 2007, os níveis de participação relativa existentes em 1993.

Índice de evolução do emprego celetista nos setores público e privado da RMPA — 1993-07



LEGENDA: —◆— Setor público —■— Indústria —■— Comércio —■— Serviços - - - - - Construção civil

FORNE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA.

Walter Arno Pichler (FEE/CPED)

### Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) sofre mudanças para poder continuar avançando

A criação do Pronaf visou à implementação de uma política específica para a agricultura familiar, um segmento bastante representativo, porém pouco favorecido no que tange ao acesso a financiamentos e ao mercado de produtos da agropecuária. Originalmente, o Programa distinguia seis grupos estratificados de acordo com a renda bruta familiar anual. Em março último, o Pronaf sofreu uma importante reformulação, excluindo do seu enquadramento para fins de financiamento os grupos de produtores familiares de mais altas rendas anuais.

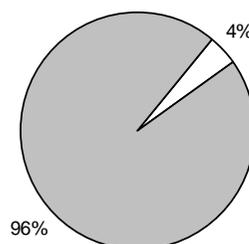
Essa reformulação ocorreu porque os financiamentos concedidos a esses grupos estavam servindo para reproduzir a lógica de produção do modelo agrícola vigente no País, o qual se encontra atrelado à utilização dos chamados insumos modernos, aos quais apenas os produtores com rendas mais vantajosas têm acesso. Dessa forma, a expansão e a capilaridade que adquiriu o Programa no País começaram a mostrar sinais de esgotamento com relação à sua sustentabilidade.

No caso específico do Rio Grande do Sul, essa situação está principalmente configurada no binômio soja-milho, e tal estrutura vem, assim, aumentando a dependência econômica e social dos agricultores familiares desse padrão de desenvolvimento agrícola. A medida (Resolução nº 3.559, de 28 de março de 2008) que entrará em vigor a partir do Plano Safra 2008/2009 terá, no Estado, considerável impacto, uma vez que os principais beneficiários do Pronaf são exatamente esses grupos de agricultores familiares.

A expectativa é a de que os grupos de baixa renda, de assentados e dos que podem obter microcrédito possam ampliar vantagens com

relação ao modelo dominante, apostando preferencialmente numa agricultura sustentável e diversificada, quando da utilização desse apoio institucional.

Participação dos grupos de agricultores familiares no valor financiado pelo Pronaf, no Rio Grande do Sul — 2006-07



LEGENDA: □ Grupos de mais baixa renda ■ Grupos de renda mais alta

FORNE: Bacen.  
Bancoob.  
Bansicredi.  
Basa.  
BB.  
BN.  
BNDES.

Elvin Maria Fauth (FEE/CEES)

## Economia brasileira: riscos e oportunidades

Medida pela relação despesas correntes/receitas correntes (DC/RC) da balança brasileira de pagamentos (gráfico), a fragilidade financeira externa (FFE) do Brasil vem-se elevando desde o terceiro trimestre de 2007. O movimento ascensional da FFE resulta, sobretudo, da combinação da intensidade da expansão do PIB e da elevada elasticidade-renda das importações da economia brasileira. Assim, mantidos o atual patamar de valorização do real e a velocidade do crescimento brasileiro dos últimos quatro anos (entre 3,5% e 5,5% a.a.), a fragilidade financeira externa do Brasil elevar-se-á em muito, ainda que sejam preservados os níveis de dinamismo da economia internacional observados entre 2003 e 2007. Nesse caso, no primeiro trimestre de 2011, a FFE alcançaria dimensão próxima daquela registrada entre 1997 e 1999. Isso acontecendo, assim como no passado, o País debater-se-á com grande dificuldade para financiar suas contas externas, comprometendo o crescimento econômico futuro. Piorando a situação do porvir, a hoje provável deterioração da conjuntura econômica internacional, se efetiva, trará dificuldades ainda maiores para a conservação do crescimento da economia nacional.

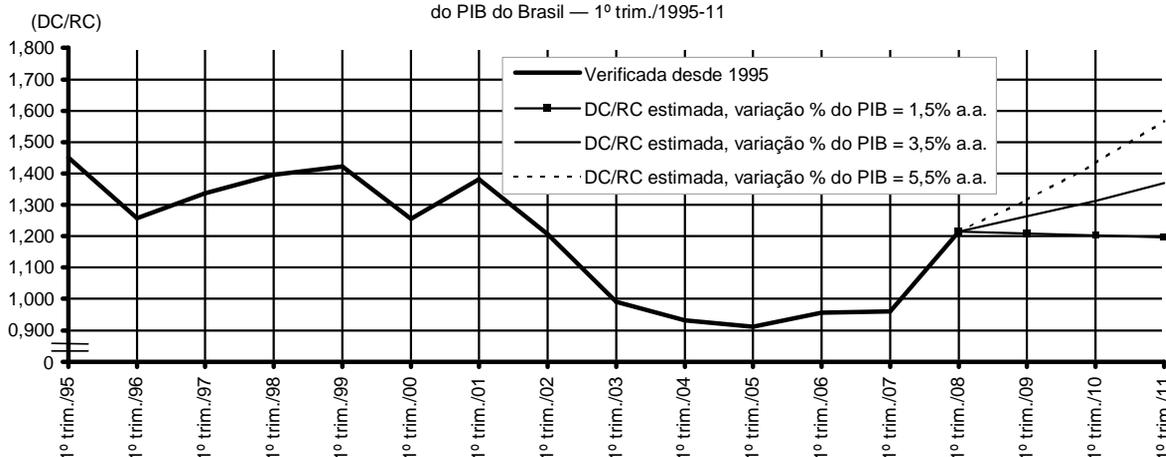
No entanto, os fatos destacados não dão conta das oportunidades de que hoje dispõe o Brasil e que apontam na direção da obtenção de certa abundância de recursos externos. Em parte, as mesmas oportunidades relacionam-se à ação pública e/ou privada e, em parte, provêm da mera fortuna. Com graus variados de importância, elas dizem respeito à maturação dos projetos atinentes à nova política

industrial, ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), às possibilidades referentes à produção de alimentos, de etanol e de petróleo, este último na camada pré-sal no litoral brasileiro, e, por último, ao recentemente alcançado *investment grade*. Todas elas sugerem um mais elevado grau de liberdade para promover o desenvolvimento duradouro da economia e da sociedade brasileiras.

Deve-se, contudo, destacar, que a abundância de recursos externos possibilita, mas não garante, maior crescimento econômico. Para garanti-lo, é necessária uma estratégia de longo prazo, capaz de promovê-lo. Além de controlar a inflação, a estratégia tem que resultar em volumes adequados de investimentos públicos e privados, incluídos aí os gastos em geração e absorção de novas tecnologias. Mais, para que o crescimento tenha significado social, é necessário também que os interesses gerais da população sejam atendidos, ainda que de maneira progressiva.

Mantida a prevalência quase absoluta do objetivo de controlar a inflação através de exacerbadas taxas internas de juros, a abundância de recursos externos provavelmente endurará em valorização cambial ainda maior do que a que hoje prevalece. Nesse caso, serão muito menores a expansão da produção, do emprego, da capacidade produtiva, da competitividade internacional dos produtos brasileiros e, é claro, dos serviços oferecidos à população. Trata-se de uma questão de escolha política que cabe à sociedade brasileira.

Relação despesas correntes/receitas correntes verificada e estimada segundo a hipótese de crescimento do PIB do Brasil — 1º trim./1995-11



FONTE: Bacen.

Pedro Almeida (FEE/CEE)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 30.06.08).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



**Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto  
Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição  
Diretor Administrativo: Nôra Angela Gundlach Kraemer

**Conselho Editorial da Carta:** Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Miriam De Toni e Roberto da Silva Wiltgen.

**Núcleo de Dados:** Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

**Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre  
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br  
www.fee.rs.gov.br

**Editoração**

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

**Revisão**

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidônia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

**Editoria**

Coordenação: Cirei Pereira da Silveira. Composição, diagramação e arte final: Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane Schmitt Hübner e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.